



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001356-93.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **THIAGO ROSSI DE SOUZA**
 Requerido: **SCW Telecom Ltda EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de prestação de serviços com a ré (acesso à internet via rádio), impugnando o prazo de fidelidade nele estipulado.

Alegou ainda que faria jus à rescisão do contrato sendo inexigível qualquer débito dele oriundo, bem como ao ressarcimento de montante que teria pago a maior.

O documento de fls. 03/09 representa o contrato firmado entre as partes.

É incontroverso que ele foi subscrito em 10 de março de 2012 e que seu prazo de vigência seria de 24 meses (cláusula 30, parágrafo único).

Isso denota que o mesmo já se expirou, o que foi confirmado a fl. 21, inclusive com a notícia de retirada dos equipamentos pertinentes e o cancelamento das mensalidades vencidas posteriormente, até 12/2014 (fl. 22).

O autor, de outro lado, não refutou que fez uso dos serviços avençados, não obstante destacar em réplica que por vezes teve problemas nesse sentido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Diante do fim da contratação, a discussão em torno da validade ou não do período de fidelidade previsto perdeu razão de ser.

Da mesma forma, e considerando a situação posta, não mais se cogita de declaração da rescisão do contrato e muito menos de ressarcimento de valores ao autor.

Os pagamentos pelo mesmo realizados encerraram contraprestação aos serviços utilizados, nada de irregular se entrevedo a propósito.

Em suma, o pleito exordial não prospera à míngua de lastro que lhe desse suporte.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 15.

P.R.I.

São Carlos, 23 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**